

# “NASCEM AS ROSAS ENTRE OS ESPINHOS”: a participação da mulher no movimento operário no Brasil e na Argentina<sup>1</sup>

Raquel Paz dos Santos<sup>(\*)</sup>

## Resumo

O presente estudo analisa a participação da mulher no movimento operário no Brasil e na Argentina entre 1890-1940. A presença feminina foi significativa em assembleias, comícios ou jornais incitando as trabalhadoras a se unirem contra a exploração de seus patrões, mesmo com as fortes barreiras impostas pelas lideranças sindicais.

**Palavras-chave:** Mulher. Trabalho. Movimento Operário. Brasil. Argentina.

## Abstract

This study examines the participation of women in the labor movement in Brazil and Argentina between 1890-1940. The presence of women was significant at meetings, rallies or newspapers urging workers to unite against exploitation of their masters, even with strong barriers imposed by union leaders.

**Keywords:** Woman. Work. Labor Movement. Brazil. Argentina.

## I. Introdução

Nosso estudo pauta-se análise da “mulher” a partir de sua inserção no mercado de trabalho industrial e, por conseguinte, no movimento operário. A discussão desta temática, ainda hoje, encontra pouco espaço em nossa historiografia, sendo assim buscamos trazer novas reflexões que possibilitem uma maior compreensão da participação feminina, em suas especificidades, nas manifestações trabalhistas na Argentina e no Brasil desde fins do século XIX até os anos 1940.

Para Karl Marx, o seu emprego proporcionou uma forma de obtenção de “mais-valia”, pelos menores salários pagos as operárias e também se constituía como parte do exército “industrial de reserva”. Assim, a introdução da mulher na produção social estimulou a competição entre os trabalhadores, favorecendo a exploração capitalista, contudo, isto possibilitou ao sexo feminino pleitear uma igualdade nas relações sociais.

---

<sup>1</sup> Além de uma abordagem histórica, o texto desenvolve uma análise no campo das Ciências Sociais.

<sup>(\*)</sup> Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UNISA, Pós-Doutorado em História pela UFRJ, Doutora em História pela UFF. Coordenadora da Red de Estudios Internacionales de América Latina. E-mail: raquelpazdosantos@terra.com.br.

Dessa forma, muitas foram as vozes femininas que em assembleias, comícios ou jornais que incitaram as trabalhadoras se unirem contra a exploração de seus patrões, mesmo com as fortes barreiras impostas pelas lideranças sindicais. Como exemplifica um dos manifestos escritos pelas costureiras: “Devemos demonstrar enfim, que somos capazes de exigir o que nos pertence; se todas forem solidárias, se todas nos acompanharem nesta luta, se nos derem ouvidos, nós começaremos a desmascarar a estupidez dos patrões sanguessugas [...]. Em muitas partes, os homens conseguiram a jornada de trabalho de 8 horas desde 1856; e nós que somos do sexo fraco, temos que trabalhar até 16 horas! O dobro das trabalhadas deles, que são do sexo forte!” (*A Terra Livre*, 19 de julho de 1906).

Singularmente na Argentina, desde as primeiras décadas da industrialização, as mulheres são personagens assíduas e atuantes nas manifestações trabalhistas. Segundo Juan B. Massé (1985), “En Santa Fé, las mujeres que entran por ese camino son francamente anarquistas, y anarquistas exaltadas, algunas de ellas se hacen notar por sus facultades oratorias”. Assim, participação feminina foi muito significativa, apesar dos condicionamentos sociais.

## **II. O trabalho feminino na percepção da teoria marxista**

A vertente marxista que analisa a posição subalterna da mulher na sociedade, teve como ponto de partida as formulações de Friedrich Engels. Em *A Origem da Família e da Propriedade Privada e do Estado* (1977), discute a subordinação feminina dentro da dialética materialista. Para fundamentar sua teoria utiliza as análises de Levy Henry Morgan<sup>2</sup> (1818-1881) sobre “sistema de parentesco” baseado no “direito materno” que reconhecia a existência da divisão do trabalho entre os sexos (mulher: trabalho doméstico; homem: controle dos meios de produção), mas isso não implicava na subordinação de um sobre o outro. No entanto, “um aumento de produtividade na esfera masculina permitiu a criação de um excedente que, apropriado enquanto riqueza levou a subordinação da mulher”.<sup>3</sup>

Engels faz assim a ligação entre a propriedade privada e a sujeição feminina. Acentuando-se o impacto sobre a divisão do trabalho porque os “valores de troca”,

---

<sup>2</sup> Homem de Ciências, norte-americano, etnógrafo e historiador da sociedade primitiva.

<sup>3</sup> ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Londres: Lawrence Wishart, 1977, p. 119-120.

produzidos pelo trabalho masculino, passa a ter preponderância sobre os “valores de uso”, frutos do trabalho feminino. Esta mudança faz com que a mulher passe a trabalhar para seu marido e filhos, enquanto que o homem se encarrega da troca e aquisição da propriedade. A partir deste momento se constitui o “casamento monogâmico” com base no “direito de pai” (patriarcalismo) no qual se fundamenta a opressão feminina.

Esta subordinação somente poderia ser suplantada com a indústria moderna que novamente abriria as portas da produção social para a mulher proletária. Segundo Engels, isto promoveria a igualdade de direitos entre os sexos na família. Sendo assim, a participação da esposa na indústria pública é condição preliminar para a sua libertação. A família monogâmica deixaria de existir como unidade econômica da sociedade.

Diante do exposto, algumas críticas podem ser levantadas. Foi de extrema presunção acreditar que a família monogâmica deixaria de existir entre os proletariados a partir do ingresso da mulher na indústria moderna, os fatos comprovam a falsidade desta suposição. Enfim, não reconhece a permanência da família patriarcal no capitalismo que não é apenas uma herança das relações sociais pré-capitalistas, mas se configura, como um elemento de vital importância econômica, política e ideológica do modo de produção capitalista.

Em *O Capital* Karl Marx também discute o trabalho feminino, porém dentro da análise do processo de valorização capitalista; onde a incorporação da força de trabalho feminina ocorreu na passagem da manufatura para a grande indústria, quando a máquina passa a controlar todas as etapas do processo de produção, dispensando a força muscular, tornando a mulher adequada ao universo da produção social. Além disso, os trabalhadores foram desqualificados pela organização do novo processo de trabalho que reduziu as funções a um mesmo nível. Neste aspecto, é clara a utilização do sexo como forma de estimular a competição entre os trabalhadores, intensificando a exploração capitalista. Entende-se então que as operárias se converteram num recurso utilizado pelo capital para pôr fim a resistência dos trabalhadores do período manufatureiro que lutavam contra a desqualificação e o baixo nível dos salários. Além das mulheres, também fazia parte desse mecanismo para enfraquecer a classe operária a utilização de crianças como mão-de-obra nas indústrias.

Mas, Marx também ressalta que a participação da mulher e também de jovens e crianças na produção social contribuiu para a eliminação do domínio do homem na família:

[...] quão terrível e degradante a dissolução de velhos laços familiares possa parecer no sistema capitalista, entretanto a moderna indústria, atribuindo importante papel às mulheres, jovens e crianças de ambos os sexos no processo da produção fora da esfera doméstica, de fato cria um novo fundamento para uma forma mais elevada de família e de relações entre os sexos.<sup>4</sup>

Assim, o trabalho na indústria apesar de provocar a “degradação” e “dessexualização” da mulher, permitia a criação de uma igualdade entre ela e o homem.

A análise de *O Capital* também destaca que o capitalismo encontrou várias vantagens com a utilização do trabalho feminino: proporcionou uma forma de extração de “mais valia” pelos menores salários pagos às operárias, isto porque dentro de uma estrutura patriarcal capitalista a força de trabalho feminina é desvalorizada; o ingresso de todos os membros da família na produção leva a uma depreciação da força de trabalho, pois os custos da reprodução passam a ser compartilhados por todos os seus componentes o que proporciona um nível maior de exploração.

Fica evidente então que o capital inteligentemente se apropriou das estruturas patriarcais para explorar brutalmente a mão-de-obra feminina. Assim, ao contrário do que esperava Engels e Marx, o patriarcalismo não desapareceu com o ingresso da mulher na indústria moderna, contudo abriu espaço para seu questionamento.

Outro ponto relevante e polêmico<sup>5</sup> da discussão marxista sobre o trabalho feminino é a sua análise como parte do “exército industrial de reserva”. Este exército compreende uma população flexível de trabalhadores que é inserida ou expulsa do mercado de trabalho em período de crescimento ou crise da população. Ele se apresenta de três formas: flutuante, latente e estagnada.

Mesmo sendo difícil, em alguns casos, determinar que faça parte desta ou daquela forma de exército de reserva, a estagnada – caracterizada por “máxima jornada de trabalhos e salários muito baixos”<sup>6</sup> -, é a mais adequada para a compreensão do trabalho feminino porque as trabalhadoras geralmente, não dependem exclusivamente de seus salários para se manterem, pois dividem os custos da reprodução seus maridos ou pais.

Assim como Engels, Marx não percebeu a relevância do trabalho doméstico para a acumulação capitalista, não deu a devida ênfase à esfera familiar que é o *locus* de reprodução da força de trabalho, apesar de ele mesmo reconhecer que “a manutenção e a

---

<sup>4</sup> MARX, Karl. *O Capital*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p.434.

<sup>5</sup> JUNHO, Maria V.P. *Mulheres trabalhadoras: presença feminina na constituição fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

<sup>6</sup> Op.cit. JUNHO, Maria V.P., p. 602.

reprodução da classe trabalhadora é e deve ser uma condição necessária ao capital”. Isso comprova o pouco interesse de Marx, e até recentemente de muitos marxistas, com a relação entre o trabalho doméstico e a produção social. Indiscutivelmente, este desinteresse não pode deixar de ser alvo de constantes críticas. Mas, ao identificar o trabalho feminino como uma forma de extração de mais valia absoluta e ainda trazer outras análises importantes e consistentes acerca das especificidades dessa força produtiva no mercado, esta corrente se configura de significativa importância para o estudo de mulher enquanto trabalhador assalariado. Sendo assim, o estudo aqui proposto desenvolverá sua análise através dessa óptica.

### **III. Brasil: a presença feminina nas lutas operárias**

A abertura da produção industrial às mulheres instaura no Brasil a “questão feminina”, que juntamente com outras demandas do operariado, serão encaminhadas pelos anarquistas e socialistas, vanguarda do movimento operário, na luta por uma sociedade mais justa, por uma vida melhor onde todos gozem de liberdade de pensamento e de ação. Porém, uma classe operária formada amplamente por mulheres, crianças, imigrantes europeus e analfabetos era detentora de escassos meios de luta, uma vez que não possuía representação parlamentar, seus sindicatos não eram reconhecidos pelo Estado. No entanto, isto não impediu que as manifestações operárias nas duas primeiras décadas do século XX se configurassem um dos momentos de maior combatividade, riqueza, criatividade e independência das lutas sociais no Brasil, no qual as mulheres foram protagonistas.

Ao abordarmos a incorporação feminina às fábricas, não poderíamos deixar de destacar que os valores de uma sociedade patriarcal, onde quase tudo é negado às mulheres, contribuíram para agravar a exploração e o desrespeito às trabalhadoras no seu convívio diário com a autoridade fabril masculina. Sujeitas, juntamente com as crianças, a extensas jornadas de trabalho de até dezesseis horas diárias, recebiam míseros salários, isto se não estivessem na condição de “aprendizes”, quando nada recebiam. Além disso, eram obrigadas a se alimentarem entre as máquinas, conviverem com a sujeira, a insalubridade, com espancamentos, abusos sexuais e até mesmo estupro praticados pelos seus mestres e contramestres, com a conivência de seus patrões.

Através de vários artigos publicados na imprensa operária da época, é possível ilustrarmos as condições de trabalho as quais as operárias estavam submetidas. Em um

desses artigos, a operária Luzia F. Medeiros da fábrica têxtil de Bangu, faz o seguinte relato:

Iniciava o trabalho as 6 e terminava por volta das 17 horas – sem horário de almoço definido. Era a critério dos mestres o direito de comer tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. Isso, evidentemente, depois de passada a fase do trabalho gratuito, que chamavam aprendizado [...]. As refeições eram junto às máquinas (...). Mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las a pratica sexual [...]. Chegava a aplicar punições de 10 a 15 dias pelas menores faltas, por forçar as moças a ceder seus intentos. As moças que faziam parte do sindicato eram vistas como meretrizes, ou pior que isso: eram repugnantes.<sup>7</sup>

Além disso, os seus salários eram vistos como “complementar” ao do marido, como postula a teoria marxista, assim eram substancialmente menores, mesmo ao desempenharem tarefas idênticas e não raro, com uma jornada diária mais extensa. O quadro abaixo, resultado de um levantamento do *Centro Industrial do Brasil* em 1907 no Distrito Industrial, Rio de Janeiro, evidencia a grande diferença salarial entre homens e mulheres no ramo industrial têxtil.

**Quadro 01: Salários da Indústria Têxtil – 1907**

Setores	Salários		
	Homens		Mulheres
	Máximo	Mínimo	Máximo
<b>Mínimo</b>			
<b>Algodão</b>	8\$000	3\$000	2\$500
<b>Malha</b>	4\$000	4\$000	3\$000
<b>Lã</b>	7\$000	5\$500	3\$500
<b>Aniagem</b>	5\$000	5\$000	3\$800
<b>3\$000</b>			
<b>Rendas</b>	6\$000	6\$000	2\$500
<b>2\$500</b>			

Fonte: Brasil e suas Riquezas Naturais e suas Indústrias. Centro Industrial do Brasil. Oficina Gráfica M. Orosco, RJ, 1909.

<sup>7</sup> RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operaria*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 78.

Outro aspecto importante sobre a inserção das mulheres nas fábricas era o fato de que, se por um lado, a imprensa operária denunciava as atrocidades as quais as trabalhadoras eram vítimas e enfatizava a necessidade de se organizarem contra a opressão, por outro lado, está também funcionando com um veículo pelo qual se criticava a presença feminina na produção industrial, pois era vista como prejudicial à saúde, a maternidade e moralidade da mulher, além de representar um obstáculo à dignidade masculina, uma vez que impedia ao trabalhador homem de receber um salário decente e gozar de estabilidade no emprego. Esta postura fica clara no depoimento de um trabalhador, publicado no jornal *A Razão*, numa assembleia da União dos Operários em Fábrica de Tecidos do Rio de Janeiro, na qual se discutia a gradativa substituição de tecelões por tecelãs em uma das fábricas cariocas:

Não podemos ensinar o ofício a essas mulheres que amanhã nos virão substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que seu lugar é em casa a tratar de educar seus filhos [...] **oxalá elas saibam compreender o seu papel de educadora daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta pelo pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois assim demonstrarão à humanidade serem verdadeiras rainhas do lar; o papel da mulher não consiste em abandonar os filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes consequências lamentáveis, seria melhor que somente o homem procura-se produzir de forma a prover as necessidades do lar**<sup>8</sup>.

Tais palavras evidenciam um forte preconceito à mulher, ou seja, todo o “sexismo” decorrente dos valores patriarcais da sociedade. Esta discriminação da qual as mulheres serão vítimas nas organizações sindicais, espaços tradicionalmente masculinos, se constituirá, e é verdade que ainda se constitui, em um forte entrave para que como trabalhadoras tenham êxito em suas reivindicações. Entretanto, mesmo premidas pelo capital e pela sua condição de sexo, as mulheres deixaram na história das lutas operárias da Primeira República exemplos de coragem e combatividade. Tenazmente, “elas revoltaram-se contra mestres, enfrentaram a polícia, escreveram jornais e levaram para as ruas as reivindicações originárias de sua ambígua situação de classe explorada e sexo subordinado”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> *A Razão*, 10 de julho de 1917 (grifo meu).

<sup>9</sup> JUNHO, Maria V.P. *A Participação Feminina no Movimento Operário da Primeira República*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, 1983, p. 12.

Neste contexto, muitas ativistas destacavam a obstinação que as trabalhadoras deveriam demonstrar na conquista de seus direitos: “Não devemos, porém, esperar que nos concedam o que nos pertence, quando lhes agrade. Devemos tomá-lo por nossas mãos [...] temos o direito de fazê-lo. Não nos deixemos, sobretudo, adular as falsas concessões e promessas por parte de nossos sanguessugas.”<sup>10</sup>

Além da conquista de “direitos”, a pauta de reivindicações também era composta de questões mais concretamente relacionadas às suas condições de trabalho:

Que nos dão eles, os abutres, em paga de tanta fadiga? Um salário ridículo. Uma miséria! E nós também queremos as nossas horas de descanso para dedicar alguns momentos à leitura, ao estudo, porque quanto à instrução, temos bem pouca; e se esta situação continuar; seremos sempre, pela nossa inconsciência, simples máquinas humanas, manobradas à vontade por nossos cúpidos assassinos e ladrões. Como se pode ler um livro, quando se vai trabalhar às 7 da manhã e de volta às 11 da noite.<sup>11</sup>

Esta nova conduta da mulher manifestada no Brasil no início do século XX reflete as influências de um movimento em desenvolvimento na Europa no século XIX, quando surge a preocupação em definir a “condição da mulher”, pois sua presença no espaço público, principalmente no trabalho fabril, é um fenômeno crescente e irreversível devido às transformações ocorridas na sociedade com a industrialização, desenvolvimento urbano e a modernização social. Abre-se o debate por parte das feministas e escritoras empenhadas na luta pela conquista de direitos femininos. As mulheres da aristocracia cafeeira e das camadas médias irão difundir ideias sobre a emancipação da mulher através da educação e da extensão dos direitos, como o de voto (feminismo liberal). Nas classes populares, são as operárias anarquistas que “colocam em questão o lugar tradicionalmente designado à mulher, reivindicando o direito à educação, ao trabalho e a participação no mundo público em igualdade de condições com os homens.”<sup>12</sup>

A ideologia anarquista, que conduziu movimento operário na Primeira República, chegou ao nosso país através de imigrantes italianos, espanhóis e portugueses que vieram trabalhar nas primeiras indústrias aqui instaladas. Como os princípios do anarquismo postulavam, entre outras coisas, relações igualitárias, esta concepção ideológica abriu um

---

<sup>10</sup> *A Terra Livre*, 15 de agosto de 1906.

<sup>11</sup> *A Terra Livre*, 19 de julho de 1906.

<sup>12</sup> RAGO, Margareth. “Adeus ao Feminismo? Feminismo (pós) Modernidade no Brasil.” In: *Mulher, História e Feminismo*. Cadernos AEL 2/4. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995/1996, p. 19.



canal para a discussão dos problemas femininos, tais como: a relação homem/mulher, o amor, a maternidade, entre outros. Isto explica a postura das mulheres anarquistas nas lutas trabalhistas e no empenho em discutir as “questões femininas”. Contudo, este comportamento também reflete o novo papel da mulher a partir de seu ingresso na esfera produtiva, onde, mais que nunca, fica latente a exploração e a subordinação a qual está submetida num mundo que gira em torno da “ordem masculina”.

Uma das primeiras greves com ampla participação feminina eclodiu no ano de 1901 na Fábrica de Tecidos Sant’Anna no Rio de Janeiro. Os motivos foram a deliberada tentativa de diminuição dos salários, as multas e os maus-tratos que as mulheres recebiam nos locais de trabalho. Participaram do movimento 700 trabalhadoras para impedir que furassem a greve.

No ano de 1906, sob a influência da militante Ernestina Lesina, é fundada a Associação de Costureiras de Sacos onde uma comissão de costureiras procurou mobilizar as outras trabalhadoras do setor para lutarem pela redução da jornada de trabalho e pela organização de sindicatos de classe. O setor têxtil e de confecções, uns dos mais dinâmicos da economia e de predominância mão-de-obra feminina e infantil, se destacaram como um dos mais combativos da época, porém suas reivindicações eram imediatas e de pouca estratégia de luta, contudo isso também é reflexo da baixa organização do operariado neste período.

Neste contexto, Boris Fausto destaca a alta combatividade das operárias têxteis nos protestos grevistas:

Como grupo apto a mobilizar-se, nada indica que as mulheres estivessem plano inferior dos homens. Há constantes referências à destacada presença em greves e, por sua vez à sua maior propensão a protestar (dois pequenos exemplos: em um atrito provocado em uma fábrica têxtil de Sorocaba, por mudança de turnos, as mulheres protestam ‘enquanto os homens se postam como carneiros’; no curso da greve generalizada de maio de 1912 em São Paulo, há várias referências de combatividade das mulheres nas grandes empresas, em especial Mariângela).<sup>13</sup>

No ano de 1917, há um recrudescimento das manifestações trabalhistas. As organizações sindicais de todo país se mobilizam em oposição à possibilidade do Brasil vir a participar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As comemorações ao Dia do

---

<sup>13</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976, p. 128-129.

Trabalhador, 1º de Maio, foram marcadas por uma gigantesca manifestação contra o alto custo de vida e pela paz mundial.

A paralisação das indústrias têxteis de São Paulo em junho deste ano é outro momento marcante da participação feminina. As mulheres são novamente as protagonistas, enfrentando a polícia e protestando contra os baixos salários, várias prisões são efetuadas. Logo, a indignação se alastrou pelos operários de outros setores, assim no dia 3 de junho é declarada uma paralisação geral que conta, imediatamente, com a adesão de 5.000 trabalhadores, porém o movimento cresce rapidamente e chega a paralisar 70.000 operários na grande São Paulo. Esta greve quase se transformou em um levante operário e paralisou a cidade paulista por 35 dias.

Diante das pressões do operariado, parte das exigências foi atendida, como o reajuste salarial de 20%. Além disso, em dezembro de 1917, o governo publicou o decreto n.º 1596 onde se procurava regulamentar, pela primeira vez as condições de trabalho feminino e infantil nas fábricas: “[...] foi proibido totalmente utilizar o trabalho de menores de 18 anos em serviços [...] proibiu utilizar o trabalho de mulheres grávidas um mês antes e depois do parto, sem compensação.”<sup>14</sup>

Contudo, somente após a efetiva organização do aparelho estatal com a Revolução de 1930 é que concretamente cria-se um instrumento jurídico de regulamentação do trabalho feminino.

No entanto, apesar das mulheres serem participantes ativas das lutas operárias da Primeira República, e algumas à frente de sindicatos, a liderança majoritária das organizações sindicais é masculina. Dessa forma, são os homens que deliberam a política a ser seguida por estas estruturas que quase sempre se devia das questões específicas da mulher no campo ocupacional, principalmente em relação a sua subordinação na sociedade.

Esta será uma tendência comum entre anarquistas e socialistas, condutores do movimento operário no início do século XX. Assim, mesmo sendo adeptos de ideologias igualitárias, não deixarão de demonstrar seu preconceito de gênero. Neste sentido, os anarquistas consideravam a mulher como uma vítima ao ser obrigada a se afastar de suas habituais tarefas domésticas e inserir-se na produção industrial, pois o “lar” era seu lugar ideal, sendo assim, ela deveria ser protegida. Essa política segregacionista impediu uma maior estratégia e sucesso nas mobilizações operárias da Primeira República.

---

<sup>14</sup> KOVAL, Boris. *História do operariado brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 144.

Nos anos 30, registra-se o declínio da ideologia anarquista junto à classe operária, como consequência da repercussão da Revolução Russa (1917) e da fundação do Partido Comunista (1922) que desempenhou um papel relevante nas organizações trabalhistas, embora caindo longo na clandestinidade. A partir de então as operárias tiveram uma participação mais restrita, pois perderam os escassos espaços de liderança que haviam conquistado durante a influência libertária.

Entretanto, desde os anos 20, já se percebia uma acentuada queda da participação das mulheres nos movimentos grevistas. Vários fatores são explicativos da militância feminina. Primeiramente, a regulamentação das condições do trabalho feminino através da legislação criada entre as décadas de 1930 a 1940, esvaziou algumas de suas reivindicações, mesmo que na prática não fosse cumprida.

Outro fator significativo foi a sua diminuição como mão-de-obra industrial. Dados relativos ao Censo Industrial de 1920 revelam que as mulheres compunham 33,7% do contingente, apenas no setor têxtil que ainda eram majoritárias correspondendo a 51% do pessoal empregado. A proteção do trabalho feminino a partir do governo de Getúlio Vargas muito contribuiu para esse decréscimo. Pelo decreto 21.417 de 1932 todos os trabalhadores que desempenhassem funções idênticas, sem distinção de sexo, deveriam receber salário igual. Conferia também outros benefícios à mulher como a licença maternidade, intervalos diários para a amamentação de seus filhos, entre outros. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 ratificou esta política de proteção a operária.

Com essas medidas, a mão-de-obra masculina passou a ser mais atraente para o capital, pois não era tão protegida. Além disso, ao contrário da fase inicial da industrialização, havia uma maior abundância de trabalhadores homens nos centros urbanos devido ao grande êxodo rural em decorrência do desenvolvimento econômico. Como parcela menor no mercado industrial, as mulheres são cada vez mais empurradas cargos de baixa remuneração nas fábricas, além de serem utilizadas em atividades domiciliares, como é o caso das costureiras, onde não existia nenhum tipo de amparo legal e os ganhos eram ainda mais reduzidos.

Por fim, o terceiro fator foi a constituição do sindicalismo corporativista da Era Vargas iniciada em 1930, que canalizou toda a violência e combatividade do movimento operário da República Velha contra as instituições para o controle estatal. Este momento demarca o estabelecimento de uma “relação de troca” entre o Estado e os trabalhadores

outorgando-lhes uma legislação protetora e beneficiária e estes, em contrapartida, conferem autoridade e legitimidade ao governo.

Mas, paralelo a essas questões, as mulheres continuaram militando nos movimentos trabalhistas, sobretudo as tecelãs e as costureiras entre 1922 e 1931, realizando várias greves em fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo.

#### **IV. Argentina: o papel das mulheres no movimento operário**

Os prenúncios do movimento operário argentino se fazem sentir na segunda metade do século XIX, quando são fundadas as primeiras organizações trabalhistas. Apesar de muito incipiente e com escassos instrumentos de luta, a classe operária mobiliza-se intensamente contra a acirrada exploração capitalista que ameaça a sua sobrevivência. Somente entre 1881 a 1890 eclodiram 48 greves. Com o passar das décadas, o crescimento e a diversificação da economia tendem a ampliar as contradições entre capital e trabalho, levando a um recrudescimento das mobilizações trabalhistas que inflamaram o cenário social argentino. Escrevem-se assim as primeiras páginas da história de um dos movimentos operários mais expressivo e combativo da América Latina.

É nesta conjuntura que analisaremos a mulher trabalhadora. Apesar de quase sempre ser representada como um sujeito difuso da história, pertencendo, como assinala Matilde A. Mercado<sup>15</sup>, a categoria classificada como “las otras”, sua presença foi de fundamental importância nas lutas operárias da Argentina, principalmente no período compreendido entre os fins do século XIX até a década de 1930.

Em meados do século XIX, o mercado de trabalho feminino industrial apresentava a seguinte diferenciação: trabalhadoras de menor qualificação que exerciam suas atividades em seus próprios domicílios e as que trabalhavam diretamente nas fábricas.

O trabalho a domicilio era caracterizado por um sistema de produção que mesmo realizado fora das fábricas, ficava a encargo delas. Esta modalidade de trabalho, já desenvolvida na Europa, Austrália e Estados Unidos, era consequência do subemprego e da abundante mão-de-obra. Equivalia a baixos salários, precárias condições sanitárias, excessivas jornadas e representava grandes vantagens para o industrial que ficaria isento de gastos com máquinas, local e, principalmente, sem o compromisso de manter

---

<sup>15</sup> MERCADO, Matilde Alejandra. “La primera ley del trabajo femenino”. *Mujer Obrera*. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina S.A., 1993, p. 24.

trabalhadores fixos, pois a ocupação era temporária. Constituíam assim um “exército industrial de reserva” segundo as análises marxistas.

Em Buenos Aires, este sistema começou a ser aplicado nas indústrias têxtil, de confecções e de calçado a partir do final do século XIX, em várias operações que poderiam ser realizadas fora destes estabelecimentos.

As indústrias, assim como o trabalho domiciliar, absorviam uma de grande quantidade de mão-de-obra feminina e também infantil, as condições de trabalho eram igualmente péssimas, como denunciava a imprensa operária:

En las fabricas de sombreros, no solamente mujeres y niños respiran el pelo que se desprende de las pieles, sino que están expuestas a las intoxicaciones [...] ponen los brazos en agua casi hirviendo y poco a poco, los desprendimientos ácidos producen la carie maxilar y la caída de los dientes.<sup>16</sup>

Eram também comuns as mulheres se submeterem a longas jornadas de trabalho entre 11 a 14 horas diárias. Outra característica era que seus salários eram substancialmente menores aos do pessoal masculino, permitindo maiores possibilidades de lucro, por isso o trabalho feminino era largamente utilizado:

Las fabricas de cigarrillos, fosforos, alpargatas, sombreros, bolsos, tejidos, cajas de cartón y talleres de planchado acusaron mayoritariamente personal femenino. La gran fabrica de alpargatas, fundada em 1884, ocupaba 300 mujeres y 29 hombres...<sup>17</sup>

A análise de alguns dados estatísticos confirma esta tendência. O primeiro Censo Nacional da População realizado em 1869 revelava que quase 50% da população eram mulheres. Deste total, em torno de 212.176 trabalhavam na indústria.

Mesmo com a chegada de imigrantes europeus, o que elevou a proporção da população masculina, o emprego de mulheres nas fábricas continua sendo extremamente significativo. Elas se concentram, sobretudo, nos ramos têxteis e de confecções, porém sua presença também era registrada em setores tradicionalmente masculinos, como as indústrias frigoríficas e gráficas.

---

<sup>16</sup> *La Vanguardia*, 31 de Agosto de 1901.

<sup>17</sup> MERCADO, Matilde A. op. cit., p. 24.

**Quadro 02: Personal femenino empleado en la industria en la ciudad de Buenos Aires**

Establecimientos	Mujeres	Menores
	Adultas	
Empresas e industrias varias	1.314	69
Prod. Químicos, art. sanitarios y anexos	496	353
Tejidos, cueros y pieles	3.915	1.169
Artes gráficas, papel y anexos	205	54
Artística y de adorno	125	26
Metales y anexos	96	--
Madera, muebles y anexos	242	38
Vestido y tocador	4.168	571
Alimentación	145	91
<b>TOTAL</b>	<b>10.706</b>	<b>2.371</b>

Fuente: Censo de la Ciudad de Buenos Aires, 1904.

Como duplamente exploradas pela sua condição de trabalhadora e sexo subordinado, as mulheres se inserem no movimento operário em busca de direitos que lhes são negados. Elas atuaram na direção de organizações sindicais ou como incansáveis militantes nas greves, piquetes e outras formas de protesto, dando exemplos de combatividade e coragem, transgredindo os condicionamentos impostos ao “sexo frágil”.

O movimento operário argentino, a exemplo do brasileiro, era formado em grande medida por estrangeiros. Eram imigrantes do Sul da Europa, italianos e espanhóis que vieram compor a principal fonte de mão-de-obra para as indústrias em fins do século XIX, com eles chegam também as ideias anarquistas e socialistas.

Neste contexto, a presença de mulheres anarquistas nas mobilizações trabalhistas é marcante. Em um informe sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, Juan Biale Massé faz uma avaliação do que denomina como “fenômeno feminino” que se

refere à militância ativa das trabalhadoras em greves, muitas com notável poder de liderança:

El fenómeno es muy notable en las costureras de Tucumán [...]En Santa Fe, las mujeres que entran por ese camino son francamente anarquistas, y anarquistas exaltadas; algunas de ellas se hacen notar por sus facultades oratorias. Hay en Rosario una joven de palabra energética y dominante que arrastra las multitudes...<sup>18</sup>

Em 1896, registram-se dois momentos importantes nas lutas femininas. O primeiro foi a publicação pelas anarquistas do jornal *La voz de la Mujer* que denunciava a dupla opressão do capitalismo e do patriarcalismo. Um segundo momento significativo foi a fundação da *Sociedad Cosmopolita de Obreras y Costureras*. Nesta associação também é explícito o inconformismo com a subordinação feminina, em seu primeiro manifesto pleiteia-se além das reivindicações trabalhistas e sociais, as específicas de gênero.

A discussão da “questão feminina” também ocorria nas organizações socialistas. Desde a fundação do Partido Socialista Argentino, em fins do século XIX, as mulheres socialistas à frente de vários sindicatos foram as mais ativas nos primeiros anos do século XX. Juntamente com as questões trabalhistas reivindicavam o sufrágio feminino. Além de organizarem vários grupos de estudo pelos quais se difundiam as ideias do “socialismo feminista”. Articulavam assim, a luta pela igualdade da mulher no mundo do trabalho, a educação e a política com a luta por reformas sociais e econômicas. Sobre este aspecto da participação feminina, Lúcia Susana Kencker faz o seguinte comentário:

Las militantes socialistas y anarquistas planteaban, en particular, que la causa de la mujer estaba estrechamente ligada a su lugar en la fuerza de trabajo, para lo cual elaboraran la primera ley de protección al trabajo de mujeres y niños en las fabricas, que tuvo sanción parlamentaria en 1907.

La preocupación por la situación de la mujer llevó a estas militantes presentar una serie de reivindicaciones que resultaban avanzadas y casi revolucionarias para su época, como la práctica de la potestad compartida, el divorcio absoluto, la igualdad de los hijos perante la ley, respecto del derecho al cuerpo.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> BIALET, Massé Juan. *Informe sobre o estado de la clase obrera (II)*. Madrid: Hispanoamerica, 1985 (Biblioteca de Nuestro Siglo). Nota: Informe al Ministro Joaquim V. González, 1904.

<sup>19</sup> KNECKER, Lidia S. *Formas de Organización de las mujeres en la Argentina: historia y actualidad*. Universidad Autónoma de Madrid, 1993, p. 337.

Como consequências de toda essa mobilização das operárias são fundadas várias organizações femininas: *Centro Socialista Femenino* (1902), *Unión Gremial Femenina* (1903), *Centro Femenino Anarquista* (1907) e *Unión y Labor* (1909). Essas organizações irão pleitear uma maior valorização da mulher trabalhadora, outorgando-lhe melhores salários e condições no mercado de trabalho, e ainda, somar esforços, em prol da libertação integral feminina. Na prática, pouco se avançou neste sentido.

Um resultado positivo de todo esse movimento reivindicatório foi a promulgação em 1907 da Lei 5.291 que, pela primeira vez, regulava o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas. Contudo, apesar de garantir direitos como segurança no trabalho, descanso semanal, licença maternidade, entre outros, esta legislação pouco satisfaz o anseio das operárias, pois questões como igualdade de salários e redução da jornada de trabalho, não foram incluídas na lei. Além disso, as trabalhadoras domiciliares não foram contempladas, permanecendo à margem de qualquer direito.

Diante disso, as operárias engrossaram, cada vez mais, as fileiras do movimento operário em vários pontos do país. Uma avalanche de greves se desencadeia nas indústrias têxteis, de cigarro, frigoríficas, gráficas, e em muitas outras, com ampla participação feminina. Causando uma verdadeira “convulsão social” sobre forte repressão da polícia.

Um dos momentos mais combativo e dramático dessas manifestações operárias foi a greve geral ocorrida entre 7 a 14 de janeiro de 1919 que ficou conhecida como “Semana Trágica”. O conflito violento entre trabalhadores (muitos mulheres e crianças) e as forças policiais deixou 700 mortos, 2.000 feridos e 50.000 detidos. Diante da grande agitação, o governo decreta Estado de Sítio por trinta dias, as organizações operárias, entre elas as femininas, se mobilizam para dar apoio as vítimas e suas famílias.

É relevante destacar que entre as greves de 1917, 1919, 1927 e 1932 as operárias que protagonizaram esses protestos entre as reivindicações trabalhistas levantaram as questões específicas de sua condição feminina e foram demitidas por serem consideradas “ativistas comunistas”. Sobre o impacto dessas manifestações surge em 1919 a *Unión Femenina Nacional*, cujo programa entre outros pontos estabelecia luta pela igualdade salarial, centralizar esforços pela emancipação feminina, organizar comitês nacionais que mantenham relações com associações internacionais semelhantes.

Entretanto, apesar pujança das primeiras décadas do século XX, os anos 20, assim como aconteceu no Brasil, marcam um refluxo da participação das mulheres na luta sindical. Um dos fatores explicativos dessa mudança foi que a repressão estatal assume um caráter ainda mais violento a partir de 1930 com o golpe militar uriburista. Todavia,



o fator apontado como decisivo para o declínio da militância feminina foi o final da influência anarquista com suas ideias humanistas de libertação cultural, social, sexual de igualdade abriu um canal para uma ativa participação da mulher. Porém, a partir da institucionalização do movimento operário pelos comunistas com a fundação da *Confederación General de Trabajo* (CGT) em fins dos anos 30, as mulheres foram perdendo os quadros de liderança no sindicalismo. Perplexas, as operárias constataam que os preconceitos decorrentes da cultura machista superavam os tão exaltados ideais de igualdade da doutrina comunista.

Com a expansão da indústria nos anos 40 para atender as demandas da Segunda Guerra Mundial, abriu-se um amplo mercado de trabalho para as mulheres em setores tradicionalmente masculino, como o frigorífico. Neste momento, as questões salariais, a conquista dos direitos trabalhistas e o de voto serão reivindicações da militância feminina nas greves, piquetes e outras formas de manifestação.

Neste momento, a mulher começa a ter acesso aos institutos e centros de ensino e aprendizagem para atender as exigências das técnicas modernas no mercado de trabalho. É crescente também sua presença nas escolas secundárias e universidades argentinas.

Segundo Daniel James<sup>20</sup>, a década de 1940 também assinala o período em que a trabalhadora argentina se torna mais independente economicamente, o que gradativamente provoca uma ruptura, quebra dos antigos códigos de comportamento de gênero, levando a se posicionar de forma mais autônoma na sociedade. A luta pela emancipação é uma consequência natural desta mudança.

### **Considerações Finais:**

Encerrando nosso estudo a respeito da militância feminina no movimento operário no Brasil e na Argentina desde fins do século XIX até os anos 1940, podemos fazer algumas considerações sobre a “questão feminina” no contexto das lutas trabalhistas.

Verificamos que em ambos os países o desenvolvimento industrial promoveu a incorporação maciça de mulheres na produção fabril, promovendo a obtenção de “mais valia” e a formação de um “exército industrial de reserva”, em favorecimento das estruturas capitalistas. Constatamos também que a trabalhadora esteve sujeita a fortes preconceitos ao tentar integrar nas estruturas sindicais, pois a política dessas instituições

---

<sup>20</sup> JAMES, Daniel. “Poesia, Trabalho Fabril e Sexualidade Feminina na Argentina Peronista”. In: *Mulher, História e Feminismo*. Cadernos AEL 2/4. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995/1996.

tendeu a exclusão ou a imposição de barreiras a sua efetiva participação. Como analisamos isto impediu uma maior coesão e sucesso nas lutas.

Contudo, em menor ou maior grau, elas reivindicaram, juntamente com as demais demandas da classe operária, questões específicas de sua “condição feminina” chocando-se, inevitavelmente, com os valores de uma sociedade patriarcal que lhe atribuiu um *status* subordinado.

Concluimos que esta atuação permitiu as mulheres desenvolverem toda a sua humanidade como líderes e pessoas públicas. Assim, foi através da participação em greves, sindicatos, jornais, piquetes etc., que as operárias encontraram subsídios para pleitearem sua emancipação.

### **Fontes:**

*A Razão*, 10 de julho de 1917.

*A Terra Livre*, 19 de julho de 1906.

*A Terra Livre*, 15 de agosto de 1906.

*La Vanguardia*, 31 de Agosto de 1901.

Brasil e suas Riquezas Naturais e suas Indústrias. Centro Industrial do Brasil. Oficina Gráfica M. Orosco, RJ, 1909.

Censo de la Ciudad de Buenos Aires, 1904.

### **Referências**

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Londres: Lawrence Wishart, 1977, p. 119-120.

BIALET, Massé Juan. *Informe sobre o estado de la clase obrera (II)*. Madrid: Hispanoamerica, 1985 (Biblioteca de Nuestro Siglo). Nota: Informe al Ministro Joaquim V. Gonzáles, 1904.

MARX, Karl. *O Capital*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JAMES, Daniel. “Poesia, Trabalho Fabril e Sexualidade Feminina na Argentina Peronista”. In: Mulher, História e Feminismo. *Cadernos AEL* 2/4. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995/1996.

JUNHO, Maria V.P. *Mulheres trabalhadoras: presença feminina na constituição fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Participação Feminina no Movimento Operário da Primeira República*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, 1983.

KNECKER, Lidia S. *Formas de Organización de las mujeres en la Argentina: historia y actualidad*. Universidad Autónoma de Madrid, 1993.

KOVAL, Boris. *História do operariado brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

MERCADO, Matilde Alejandra. “La primeira ley del trabajo femenino”. *Mujer Obrera*. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina S.A., 1993.

RAGO, Margareth. “Adeus ao Feminismo? Feminismo (pós) Modernidade no Brasil.” In: *Mulher, História e Feminismo. Cadernos AEL 2/4*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1995/1996.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operaria*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

“AUTOR”. *Movimento Operário: do cimento brotando a flor latina* (Monografia de Graduação em História). UERJ: Rio de Janeiro, 1997.